



## O PENSAMENTO DE NÍSIA FLORESTA, A “FAMÍLIA BRASILEIRA” E A ORDEM IMPERIAL ESCRAVISTA<sup>1</sup>

### THE THOUGHT OF NÍSIA FLORESTA, THE “BRAZILIAN FAMILY” AND THE SLAVE IMPERIAL ORDER

Adalmir Leonídio\*

Universidade de São Paulo – USP

 <https://orcid.org/0000-0002-2291-2567>

[leonidio@usp.br](mailto:leonidio@usp.br)

**Resumo:** Este artigo busca relativizar a tese sobre o feminismo *avant la lettre* da paraibana Nísia Floresta, situando-a na problemática da “família brasileira” e da ordem escravista de meados do século XIX no Brasil. Recorre, para tanto, aos mais importantes escritos da autora, de caráter ensaístico e ficcional, a partir do chamado método histórico-crítico.

**Palavras-chave:** Nísia Floresta; família patriarcal; ordem escravista

**Abstract:** This article relativizes the thesis on feminism *avant la lettre* by Nísia Floresta, place it in the problematic of the “brazilian family” and the slave order of the mid-19<sup>th</sup> century in Brazil. For this purpose, it resorts to the author’s most important writings, of an essayistic and fictional character, based on the so-called historical-critical method.

**Key words:** Nisia Floresta; patriarchal family; slaved order

---

<sup>1</sup> Este artigo está baseado em dados parcialmente obtidos por minha orientanda de bolsa PIBIC/CNPq Carolina Simões Silva, a quem agradeço a dedicação e competência.

\* Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1998), doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2003) e Livre Docência em História Ambiental do Brasil pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Associado da Universidade de São Paulo.

Qualquer um que abra os escritos de Nísia Floresta, não é difícil encontrar um testemunho das ideias do século XIX: a defesa dos direitos em geral e, em particular os da mulher, as ideias científicas, a reforma da educação herdada aos jesuítas, o progresso e até mesmo certa crítica às desumanidades da escravidão. É preciso sem dúvida valorizá-las e é isso que tem feito até aqui, com grande competência, vários estudos sobre a autora potiguar (DUARTE, 2005; LONZA, 2019). Mas, em que medida tudo isso é revelador do pensamento brasileiro do século XIX, particularmente em relação à posição da mulher na família e na sociedade oitocentista? Em outras palavras, o que podemos depreender, por trás das intenções críticas e reformadoras da autora, sobre seu estilo de pensar e de sentir?

Lucien Goldmann associou estes estilos de pensar e de sentir – modos de conduzir o raciocínio, de privilegiar certos aspectos em detrimento de outros, de escolher autores e obras que se coadunam com o optante – à história objetiva do desenvolvimento social de cada país. Estas ênfases e idiosincrasias seriam o espelho de diferenças nacionais e de classe que se desenvolvem particularmente durante o processo de formação nacional (GOLDMANN, 1967). Em chave diversa, mas com conclusões muito similares, Norbert Elias mostrou como o padrão de comportamento e a estrutura psíquica (mentalidade, caráter) de um povo estão estreitamente relacionados à estrutura social do país ao longo da formação de seu Estado nacional (ELIAS, 1997; ELIAS, 2011).

O que torna esta chave teórica e metodológica relevante para uma leitura da obra de Nísia Floresta<sup>2</sup> é que esta se constrói durante os anos mais significativos do processo de formação nacional do Brasil, entre 1830 e 1855. Significativo também é o fato de que este processo se deu paralelamente a

---

<sup>2</sup> Esta análise estará baseada em algumas das principais obras de Nísia Floresta: *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, que contou com três edições entre 1832 e 18139; *Conselhos à minha filha* (1842); *Fany ou o Modelo das Donzelas* (1847); *Páginas de uma vida obscura* (1855); *Opúsculo Humanitário* (1853).

variadas formas de “viagens culturais” (SOZZO, 2014) ou “hibridação cultural”, por meio das quais se operou uma complexa operação de “importar, traduzir e construir o próprio” no âmbito da cultura e da identidade nacional (CANCLINI, 2019; SCHWARZ, 1981).

Com isso, buscaremos mostrar que Nisia Floresta, a despeito dos aspectos críticos verdadeiramente surpreendentes de sua obra, não pôde ultrapassar o limite de sua condição social e da mentalidade de sua época: endossou os valores da família patriarcal rural, fundamentalmente católica e escravista, conciliando de maneira *sui generis* escola confessional e cientificismo, autonomia e submissão feminina. E com isso, reiterou, no âmbito do pensamento, a ordem imperial escravista em processo de estruturação no Segundo Reinado, sem deixar de revelar a complexidade de um país que buscava colocar-se à altura do século e da civilização moderna.

## UMA BREVE HISTÓRIA DA MULHER E DA FAMÍLIA

Como sugerido anteriormente, Nísia teve como referência as ideias que eram as do seu século, mas se veria depois forçada a deslocá-las de seu contexto original, sem deixar de sentir por isso certo mal-estar. Para entender estas ideias e seu deslocamento no contexto brasileiro, devemos partir da situação concreta da mulher, em meados do século XIX, bem como precisamos entender a imagem dela consolidada mais ou menos por toda a Europa. Neste sentido, precisamos entender como, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos séculos, a mulher continuava presa às leis da natureza por meio da maternidade<sup>3</sup>. Vamos partir da constituição da família patriarcal, até chegar à moderna família nuclear oitocentista e à forma como esta praticamente encerrou a mulher nos limites da casa e do cuidado com os filhos.

<sup>3</sup> Este breve retrospecto da história da mulher e da família acompanhará de perto, no essencial, o excelente trabalho de revisão da historiadora Angela Mendes de Almeida (2017).

A família patriarcal surgiu paralelamente à dissolução da organização familiar gentílica, formada por grandes grupos familiares. Ela constitui a célula básica da sociedade de classes em formação e está fundamentada na relação entre o proprietário e sua propriedade – gados, utensílios, terras, escravos, filhos e esposa. Nesse contexto, havia duas visões sobre a mulher e a família: a do cristianismo primitivo, que pensava a união entre homem e mulher a partir da necessidade natural que um tinha do outro e uma visão mais moderada, que colocava a mulher como inferior ao homem, numa situação intermediária entre o escravo e o senhor (ALMEIDA, 2017, p. 15-17).

Mesmo como propriedade, a esposa tinha, no interior da família patriarcal, uma função muito bem definida: gerar filhos, um dos quais seria o herdeiro e continuador do patrimônio. De outro lado, estavam colocadas as prostitutas e concubinas (ALMEIDA, 2017, p. 17). Em outras palavras, esposas, prostitutas e concubinas faziam parte da família, mas com funções diferentes: reprodução e sexo<sup>4</sup>.

Esta posição de submissão da mulher no seio da família, era reforçada pela imagem que se tinha da gestação: o filho era gerado pelo pai, sendo a mulher apenas um receptáculo. A exceção a esta visão, era aquela fornecida por Hipócrates, para quem seria necessária a união entre os “sêmens masculino e feminino” (ALMEIDA, 2017, p. 20). As duas concepções foram concorrentes durante muitos séculos, até que o processo de ovulação fosse esclarecido no século XIX.

“A era cristã banuiu a sexualidade” e colocou a mulher em total submissão ao homem (ALMEIDA, 2017, p. 23). Além disso, a relação entre homem e mulher deveria estar marcada pela pureza das relações sexuais, necessárias à reprodução e hierarquia dentro do casamento. Então, maternidade

---

<sup>4</sup> No Brasil esta divisão no seio da família patriarcal deu origem ao famoso ditado “Branca pra casar, mulata pra foder e negra pra trabalhar”.

continuou separada da sexualidade e as mulheres continuaram divididas entre esposas, prostitutas e concubinas.

No âmbito da maternidade, Santo Agostinho definia a mulher como transmissora do pecado original. Seu pensamento “viria a ser, nos séculos seguintes, a base para muitos tratados e manuais sobre o comportamento da mulher, especialmente da mãe” (ALMEIDA, 2017, p. 26). Este modelo prolongou-se por toda a Idade Média, invadindo a era moderna.

No século XII, no entanto, uma mudança é introduzida no seio da nobreza feudal no que se refere às relações entre homem e mulher, o “amor cortês”, uma corrente de ideias que se expressa sob a forma de um movimento literário, por meio dos romances de cavalaria, e que se prolonga por mais de meio século.

A corte compunha um modo de viver específico, com suas regras e códigos, e com uma marcante presença das mulheres e dos valores que lhes eram atribuídos, como a delicadeza e a generosidade ou cortesia (ELIAS, 2001). Apesar de estar de acordo com os valores da Igreja, pois era uma forma de amor altamente espiritualizada, que exaltava a continência, o amor cortês foi fortemente combatida por ela, opondo à ideia do amor extraconjugal o casamento por amor, com consentimento mútuo dos noivos. Desde então, a Igreja conseguiu impor o casamento religioso, como forma de controle de mais este ato civil das populações (ALMEIDA, 2017, p. 30).

No século XVIII, o lema central do Iluminismo era o combate à ignorância, à intolerância religiosa e ao despotismo político. Estas ideias desenrolavam-se em um “cenário mundano, mas radicalmente diferente do mundanismo das cortes medievais”. Desde então, a corte não é mais um referencial para a vida social mundana, intelectual e política. Os cafés são caracteristicamente urbanos e masculinos, mas os salões, surgidos no século XVII, são por excelência o domínio das mulheres da classe dominante (ALMEIDA, 2017, p. 55-56).

A liberdade sexual reinante nos salões mundanos, tanto para homens quanto para mulheres, era vista por católicos, protestantes e, mais tarde, burgueses como imoralidade e decadência (ALMEIDA, 2017, p. 57). A busca do prazer e da felicidade por meio da realização pessoal, todavia, era temperada pelo interesse geral, em fazer algo de útil à sociedade, à humanidade.

A igualdade entre os sexos é uma decorrência deste ambiente dominado pelos princípios iluministas. O tema estava estreitamente associado “à questão prática da educação e do acesso ao saber para as mulheres”. A essa ética do prazer e da realização pessoal das mulheres, esteve associada a rejeição da maternidade, como algo que as impedia de disputar o prestígio que circulava nos salões. Na prática, significou a recusa da amamentação e dos primeiros cuidados com o filho. A decorrência prática disso foi a separação entre mães e filhos, que chegavam a ficar com suas amas de leite até os cinco anos de idade.

Este conjunto de ideias e práticas difundidas com o mundanismo começa a mudar no fim do século XVIII. O aspecto essencial disso foi uma mudança de sensibilidade em relação à criança (ARIÈS, 1986), que passa a ser valorizada como objeto de amor “e a maternidade passa a ser enaltecida, no quadro de um novo modelo ideal de família” (ALMEIDA, 2017, p. 65).

Esta mudança se dá paralelamente à evolução das ideias iluministas em direção a um “naturalismo romântico”: “busca da virtude e das coisas simples, por oposição ao luxo mundano” (ALMEIDA, 2017, p. 67), abrindo caminho para o império dos sentimentos. Rousseau é aqui o principal pensador, voltando-se inclusive contra as ideias de iluministas como Voltaire e atacando as ciências e as artes (civilização), reprodutoras de vícios e infelicidades, base de uma educação corruptora.

Em *A nova Heloisa* (1761), Rousseau defende que a qualidade mais importante de uma mulher é a doçura, por meio da qual ela se torna capaz de “sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar”. Daí

preconizar uma “educação de mulher às mulheres”, fazendo “com que gostem das tarefas do seu sexo, que sejam modestas, que saibam cuidar do seu lar” (ALMEIDA, 2017, p. 71).

No momento em que as revoluções burguesas estavam prestes a estruturar as novas sociedades em termos de liberdade e igualdade perante a lei, era preciso mostrar que isso não atingia as mulheres. A recompensa para elas seria “a felicidade com os filhos, a lealdade do marido e o respeito e a admiração da nação” (ALMEIDA, 2017, p. 72).

Entre as virtudes da mulher no seio da nova família nuclear burguesa, estão também a abnegação e o heroísmo, a mãe estando sempre disposta a se sacrificar por seus filhos, o que a torna quase uma santa. A medicina também contribuiu para isso, criticando os excessos da vida mundana, que tornava o corpo da mulher inapto para gerar filhos sadios. A vida regular e a higiene eram agora virtudes, e a amamentação um dever sagrado da mulher. A um corpo sadio correspondia uma moral igualmente sadia.

Graças à medicina também, uma outra tese caía por terra, a de que a mulher só podia conceber se gozasse (tese hipocrática). Agora, a frigidez feminina parecia mais adequada à concepção, “a tranquilidade do corpo feminino conservando melhor o esperma”. Os médicos prescreviam vários períodos de abstinência: “durante a gravidez, para não atingir o feto, e durante a amamentação, para não estragar o leite” (ALMEIDA, 2017, p. 73).

Com o Código Civil napoleônico de 1804, a liberdade feminina que havia andado solta nos salões e até mesmo nas ruas, é capturada e a situação jurídica da mulher retrocede para a incapacidade civil. Este encolhimento do espaço público das mulheres é contrabalançado não só por seu império doméstico, mas também por outros espaços típicos dos meios urbanos oitocentistas: bailes, grandes magazines, hospitais, igrejas, entre outros. Incentiva-se em geral que as mulheres pratiquem a caridade e a filantropia (PERROT, 1988, p. 179-210).



Quanto às mulheres das classes populares, elas não tinham tempo para cuidar de seus filhos, eram por isso mães “desnaturadas” ou “moralmente insuficientes”, geradoras de delinquentes. No plano sexual, eram as prostitutas e concubinas, sobretudo as criadas domésticas.

## ESTILO DE PENSAR E DE SENTIR E A COMPLEXIDADE DA FAMÍLIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

No campo da cultura, o século XIX brasileiro ficou marcado, sobretudo, pela busca de diferenciação nacional, mas também de atualização, isto é, de colocar-se a par das ideias mais modernas. Este modernismo das ideias, todavia, não se fez acompanhar de um processo generalizado de modernização, ou melhor, constituiu-se um desquite autoritário entre modernidade e cidadania, que fez da exclusão planejada seu modelo compulsório.

A trajetória e as ideias defendidas por Nisia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), são, para nós, um exemplo claro das contradições entre modernismo e modernização e explicitam o que é central em nossa análise, a conformidade social, moral e familiar à ordem a um tempo paternalista, patriarcal, rural e escravocrata, tudo muito bem harmonizado com as modernas ideias europeias. Nisia não é, portanto, nem a “exceção escandalosa” (FREIRE, 2013) e nem a “feminista” *avant la lettre* que comumente se diz ser (DUARTE, 2005). Não se deve negar por isso a ousadia da autora, que não está sozinha em uma sociedade que soube combinar tão bem transgressão e norma.

Filha de um advogado português, ela se casa com apenas 13 anos de idade, com um rico fazendeiro da região, possivelmente seguindo o modelo de casamentos arranjados. Poucos meses depois ela se separa. Não se sabem os motivos e as circunstâncias da separação, de modo que não dá para classificá-la como um ato de rebeldia ou insatisfação dentro do casamento. Mas, sem



dúvida, dá para relativizar a exagerada ênfase que se costuma dar à autoridade do marido e à dependência da mulher no seio da “família brasileira”<sup>5</sup>.

Reforça esta argumentação a sua união consensual, aos 18 anos de idade, após a morte do pai, com o estudante de Direito Manuel Augusto de Faria Rocha, com quem teria um filho e uma filha. Não fica muito claro em sua biografia, mas provavelmente este era filho de algum rico proprietário de Pernambuco. E mais uma vez aqui percebemos a relativização ou mesmo a burla a valores tradicionais, uma vez que, após a morte precoce do marido em 1833, Nísia foi capaz não só de manter sua família, como também abrir, como veremos, dois colégios para meninas e viajar pela Europa a partir de 1849.

A pesquisadora da vida e da obra de Nísia, Constância Lima Duarte, faz referência a uma “campanha de difamação” movida contra ela, enquanto era diretora do Colégio Augusto, por ter se casado duas vezes (DUARTE, 1989). Todavia, sabe-se que nesta época a única forma de casamento válida era a religiosa, uma vez que o casamento civil só será instituído no Brasil em 24 de janeiro de 1890, e que a Igreja, sendo contra a separação, proibia um segundo casamento. O que não impediu o marido de lhe deixar algum tipo de herança em testamento, por meio da qual conseguiu manter sua vida.

Caio Prado Junior atribui ao concubinato, que segundo ele era quase uma norma fora das classes superiores, duas causas principais: o desregramento da vida sexual, que tem origem nas relações íntimas e afetivas estabelecidas entre a casa grande e a senzala, e as dificuldades de realização do casamento. Dificuldades estas relacionadas não só à “distância em que fica o sacerdote celebrante nestas paróquias imensas”, mas também aos custos de um matrimônio. Haveria ainda o preconceito de cor e de classe, obstáculo frequente à “regularização de muitas situações extramatrimoniais” (PRADO Jr., 1996, p. 352). É bem verdade que, no caso de Nísia, nenhum destes impedimentos

<sup>5</sup> Usamos aqui a expressão “família brasileira” entre aspas a fim de relativizar a ideia de um modelo familiar brasileiro, geral para todo o Brasil e para todas as classes sociais.

parecem aplicáveis, uma vez que ela não era pobre, morava na cidade de Recife e era originária de uma camada social não muito distante da de seu esposo. Mas, a julgar pelos depoimentos colhidos por nosso historiador, o concubinato era uma espécie de norma costumeira no Brasil de então.

O que Nísia não conseguiu burlar, no entanto, foi o modelo de educação fornecido às meninas de seu tempo. Apesar de sua biografia não fornecer muitos detalhes a este respeito, sabe-se que era fluente em mais de uma língua, já que escreveu livros em francês e italiano. Especula-se que tenha estudado no Convento das Carmelitas, em Papari, onde se “ensinava às jovens abastadas da região línguas, trabalhos manuais e canto” (LONZA, 2019, p. 9), além, obviamente, dos fundamentos da religião e da moral católica.

Por essa época ainda não havia sido criado o ensino público e gratuito no país, cujas primeiras iniciativas datam do período posterior à Independência. De todo modo, público ou gratuito, o ensino das meninas estava essencialmente voltado para torná-las “mestras de primeiras letras ou domésticas” (MARCÍLIO, 2014, p. 31). Veremos que Nísia buscou conciliar as duas coisas, de um modo bastante peculiar, ensinar as meninas a serem boas mães e esposas, sem contestar a autoridade legítima do sexo masculino, mas relativizando o lugar de submissão convencional das mulheres no seio da família e do casamento.

Para esse relativo ato de rebeldia, contribuiu sem dúvida um outro aspecto de sua formação. Nísia mudou-se para Pernambuco na sequência da Confederação do Equador, em 1824. Além disso, sendo seu pai um advogado formado em Coimbra no início do século XIX, é de se esperar uma cultura um pouco mais liberal no interior de sua casa. Pode-se especular igualmente ter sido o convívio, a partir dos 18 anos, com um estudante de Direito de Olinda, que lhe franqueou o acesso a algumas das novas ideias do século. Tais ideias já circulavam no Brasil desde o fim do século XVIII e tiveram seu peso tanto no processo de Independência do país, quanto nas rebeliões que se seguiram em

várias províncias, algumas de cunho republicano. Todavia, não só os livros, como as traduções eram raras. Então, o conhecimento de línguas, sobretudo o francês, deve ter-lhe possibilitado a leitura de livros do marido.

Mas antes de publicar “seu” primeiro livro, em 1832, onde se coloca na perspectiva da liberdade e igualdade das mulheres, em contraste com a ideologia predominante, que era a do favor (SCHWARZ, 1981), Nísia contribuiu para o jornal recifense *Espelho das Brasileiras*, em 1831. Esta participação, apesar de questionada por Charlotte Matthews (2012), parece muito crível quando se comparam as ideias apresentadas no jornal, sob pseudônimo, com aquelas efetivamente assinadas por Nísia Floresta em seus livros. É bem verdade que suas ideias em 1831 divergem consideravelmente daquelas apresentadas no livro de 1832, como veremos. Mas quase não mudam em relação aos livros posteriores.

A exemplo de outros jornais voltados para o público feminino na primeira metade do século XIX, como o carioca *O Espelho Diamantino* (1827-1828) e o mineiro *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), o pernambucano *Espelho das Brasileiras* (1831) era dirigido por um homem, o francês Adolphe Émile de Bois Garin, apesar de contar com textos de mulheres anônimas. É bem verdade que na segunda metade do século haverá mudanças no que se refere à direção desses jornais. *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Belo Sexo* (1862), *Jornal das Damas* (1874), *A Família* (1888), entre outros, são dirigidos por mulheres (BARBOSA, 2014; COSTA, 2014). E isso pressupõe um outro nível de socialização além das salas, salões e grandes festas, dominantes, como veremos, entre as camadas mais altas de cidades como Rio de Janeiro e Recife, uma vez que uma redação de jornal já tinha nesta época um certo ar de vida profissional, ainda que não se possa opô-la à esfera dominante da família.

Mas que espelho era esse, afinal? Em editorial de seu número 27 o jornal *Espelho das Brasileiras* fazia profissão de fé nativista, recomendando às brasileiras inspirar em seus “filhinhos amor à Constituição, ódio e execração ao

despotismo, aos recolonizadores” (*Espelho das Brasileiras*, n. 27, 2 de maio de 1831). Neste mesmo editorial, aparece anexa uma correspondência, assinada por uma “Pernambucana Livre”, possivelmente a própria Nísia, dirigida ao “Redator” do jornal. Começa por se desculpar por não ter tempo de se meter em “assuntos políticos”, uma vez que estava “sobrecarregada, na qualidade de mãe de famílias” com “muitas ocupações”. Depois, “sem ofender as leis da parcimonia”, recomenda às “nossas patrícias trazerem nos seus vestidos, ou nos seus xapeos um laço de fitas” com as cores nacionais.

O discurso é bem comportado, ainda que temperado com as rebeliões de ares liberais que sacudiram várias províncias do Brasil após a Independência, opondo-se ao governo de D. Pedro I, por considera-lo uma continuidade do “absolutismo português”. O ano em que Nísia começa a escrever é muito simbólico nesse contexto, pois em 7 de abril nosso primeiro imperador abdicaria do trono, voltando para Portugal e deixando em seu lugar o jovem Pedro de Alcântara. No jornal, o tom é de festa e a nota é de uma mulher, identificada como “a esposa de um perseguido pelo traidor fugitivo”: “Caras patrícias, não é possível com a penna pintar-vos o grande prazer com que vi à vos todas em a noite de 4 de maio aplaudirem o dia memorável de 7 de abril” (*Espelho das Brasileiras*, n. 28, 6 de maio de 1831).

Pouco depois, em umas “quadrinhas dedicadas às brasileiras”, uma correspondente, “professora de primeiras letras na cidade de Olinda”, esboça o modelo almejado para a mulher brasileira, “ilustrada”<sup>6</sup>, mas ainda presa à trama familiar. Disso esteve consciente um dos nossos mais geniais escritores do século XIX, Machado de Assis, conforme a dialética fina de Roberto Schwarz:

---

<sup>6</sup> Veremos que o termo “ilustrada” aqui é enganoso, pois não pressupõe uma mulher culta ao nível dos homens, ocupando seu lugar independente na cena pública. Se não pelo lugar efetivamente ocupado pela mulher, a própria pobreza da esfera pública no Brasil contradiz essa pretensão.

Em Helena, a heroína, depois de grande esforço para se fazer aceita, prefere a morte à ideia de ser mal vista pela família de cuja bondade depende. E mesmo a orgulhosa Estela, uma agregada cuja 'taça de gratidão estava cheia', não prolonga o seu sentimento da independência em restrições à autoridade e às instituições que a diminuem. Seu mérito está no decoro que soube guardar em condições adversas. Noutras palavras, a família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida (SCHWARZ, 1981, p. 66).

Esta "ordem e sentido da vida" deve, nas palavras do redator do *Espelho das Brasileiras*, ser consumada na ordem política imperial, afastada agora de vez dos desmandos metropolitanos:

Um governo paternal, e que merece toda a nossa confiança! A boa ordem em todas as províncias, a união entre todos os cidadãos, a tranquilidade no seio das famílias e o direito de propriedade garantido em toda a sua extensão, quando por toda a parte nos ameaçavam terríveis desordens (*Espelho das Brasileiras*, n. 29, 10 de maio de 1831)

Para isso a "Pernambucana Livre" invoca "a poderosa influência que temos sobre nossos bons esposos para que elles continuem na estrada da honra e do patriotismo, sendo d'ora envante prudência, moderação, e energia a devise dos Brasileiros" (*Espelho das Brasileiras*, n. 30, 13 de maio de 1831). Vemos já que honra, prudência, moderação não vão bem com liberdade e autonomia. Mas estão de mãos dadas à educação que Nísia almeja para as mulheres. Assinando agora como "Brasileira Livre", ela adverte para os "imensos males, que resultão aos esposos quando as mulheres não tem recebido aquella educação, que lhes convem". O que exatamente conviria à educação das mulheres? As primeiras letras, antes de mais nada. Uma mulher educada é uma mulher que sabe falar adequadamente, de preferência outras línguas além da materna. Depois, "a pratica das boas acções, e os princípios moraes". Estes não deveriam ser ensinados "teoricamente", já que a teoria tende cedo a cansar as crianças. Melhor seria ensiná-los de forma "prática", pelo exemplo e pelo carinho

materno. A proposta se choca contra a citação de Rousseau, feita pouco a seguir, forma e conteúdo, como vimos, da nova família burguesa: “Assim como a verdadeira ama do menino é a mãe, o verdadeiro mestre é o pai. Ajustem-se ambos na ordem de suas funções, assim como em seus sistemas; das mãos d’um passe o filho as do outro” (*Espelho das Brasileiras*, n. 30, 13 de maio de 1831).

Descabido é continuar com a análise do *Espelho das Brasileiras*, uma vez que o desenvolvimento posterior de suas ideias, já em seus livros, reitera vários dos pontos de vista aqui apresentados. Apenas buscamos enfatizá-las para se ter claro que não há qualquer alteração na rota seguida pela autora. E, neste sentido, todo o conjunto de sua vida e de sua obra são profundamente coerentes.

Mas, se não houve mudança, houve desvio. Ao menos aparentemente. A obra *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* (1832) parece ter sido o primeiro livro a falar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho no Brasil. Na capa está dito tratar-se de uma “tradução livre” do livro *Vindications of the rights of Woman*, publicado em Londres, em 1792, por Mary Wollstonecraft, na sequência à Declaração dos Direitos do Homem francesa, que é de agosto de 1789. Segundo Constância Lima Duarte, Nísia não teria feito uma tradução, “mas escreve um outro texto: o seu texto sobre os direitos das mulheres, por meio do qual aponta os preconceitos existentes no Brasil acerca da mulher e questiona a ideia dominante da superioridade masculina” (DUARTE, 2005, p. 11).

Um texto mais recente parece, no entanto, relativizar um pouco o problema ao desvendar um certo mistério que circundava a publicação da “tradução livre” de Nísia Floresta, em 1832. A historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, após “rigorosa” investigação, descobriu que na verdade não se tratava de uma “tradução livre”, mas de uma “tradução literal e integral de outro texto”, um “tratado mais radical” de 1739, *Woman Not Inferior to Man*, de

uma tal “Sophia”. Reforça seu argumento o fato de o texto não conter qualquer menção ao Brasil ou ao contexto brasileiro (PALLARES-BURKE, 2020).

De fato, isso é facilmente verificável para qualquer um que se dê ao trabalho de ler o texto original. Mas, além disso, deve-se notar que há uma diferença enorme não apenas de estilo, mas também de ênfase posta à questão dos direitos, entre este livro e os demais da autora, sendo aquele de um tom bem mais radical que estes. Não parecem mesmo terem saído da cabeça de uma mesma pessoa, embora saibamos que ideias e realidade nem sempre estão de mãos dadas entre intelectuais brasileiros. Vejamos, então, rapidamente, na sequência em que são publicados, os principais dentre eles e as questões que estão aí postas.

Depois da participação no *Espelho das Brasileiras* e da tradução de 1832, Nísia ficou um longo período sem nada publicar. Possivelmente continuou trabalhando suas ideias ali esboçadas e que se traduziriam em seu primeiro livro, *Conselhos à minha filha*, que é de 1842. Este longo jejum se explica por várias razões: a mudança para Porto Alegre, em 1832; a morte de seu companheiro, em 29 de agosto de 1833, aos 25 anos; a abertura de um colégio para meninas neste mesmo ano, que funcionava dentro de sua própria residência, o Colégio Brasil; o início da Revolução Farroupilha, que a fez mais uma vez mudar-se, desta vez para o Rio de Janeiro; a abertura de um novo colégio para meninas na capital do Império, o Colégio Augusto, uma homenagem ao falecido marido.

O Colégio Augusto funcionou de 1838 a 1856 e está entre as primeiras escolas comandadas por uma mulher brasileira, uma vez que a maioria era comandada por homens ou então por mulheres estrangeiras. Conforme anúncio de inauguração, publicado no *Jornal do Commercio*, em 31 de janeiro de 1838, nele ensinava-se a ler, escrever, contar, língua francesa, latim e italiano, princípios de geografia, além de coser, bordar, música e dança (*Jornal do Commercio*, n. 24, 31 de janeiro de 1838).



O feito não é pequeno. Mas, deve-se salientar que ele está de acordo com a concepção de educação das mulheres da época. Durante o período colonial as mulheres estavam excluídas do sistema escolar, dominado pelos jesuítas. A educação das mulheres estava basicamente restrita ao cuidado da casa, do marido e dos filhos. Após a reforma pombalina, as mulheres tiveram permissão para frequentar salas de aula, separadas por sexo, assim como de lecionarem para outras meninas. Durante o período imperial, embora pudessem ter acesso às primeiras letras, estavam desobrigadas de cursarem o ensino médio, via de acesso ao ensino superior. Além disso, sabe-se que a educação das mulheres estava organizada em torno da dicotomia instrução/educação. Instrução aos homens, para desenvolverem seu intelecto, educação para as mulheres, a fim de formar seu caráter (ROSA, 2013, p. 513).

Em 1849 Nísia vê-se forçada a realizar uma viagem à Europa, sob recomendação médica, em função de uma queda de cavalo da filha Lívia. Publica no *Jornal do Commercio* de 2 de novembro uma nota onde se desculpa às pessoas amigas e às alunas pela saída repentina e desavisada. Apesar de ficar em Paris por dois anos, deduz-se que alguém veio a substituí-la na direção do Colégio Augusto, que a partir daí passa por reformulação em seu quadro de disciplinas lecionadas:

Neste estabelecimento continua-se a ensinar as seguintes matérias: Leitura, Caligrafia, Religião Cristã, Aritmética, História, Geografia, Línguas e gramáticas portuguesa, francesa, italiana e inglesa, Música, Dança, Piano, Desenho e toda sorte de trabalhos de agulha. As educandas seguirão gradualmente estes estudos, conforme a vontade de seus pais (*Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial*, n. 7, 1849).

Diferencia-se pouco das escolas para meninos do período, de onde se deve subtrair “Música, Dança, Piano, Desenho e toda sorte de trabalhos de agulha”. Deve-se deduzir deste anúncio que quando volta ao Rio de Janeiro, a fim de retomar suas atividades pedagógicas, não reassume a direção do Colégio

Augusto, uma vez que um outro anúncio promete a fundação de um novo colégio para meninas sob sua direção:

Vae estabelecer um novo collegio de instrucção para o sexo feminino a Sra. Nísia Floresta Brasileira Augusta; as pessoas que tem tratado com ella admirão a instrucção, pouco vulgar no sexo feminino, de que é dotada, e principalmente o conhecimento profundo que mostra ter de sciencias naturaes. Esteve dois annos em Paris, aonde seguiu alguns cursos publicos com vantagem. É de crer que o collegio tire bons resultados porque aqui sabe-se apreciar o verdadeiro mérito (*Diario do Rio de Janeiro*, n. 8812, 8/10/1851).

O anúncio chama a atenção por dois motivos: a “instrução pouco vulgar” de Nísia e o seu “profundo conhecimento” de ciências naturais, ainda mais por que acrescenta sua frequência a “cursos públicos” em Paris. Sabemos tratar-se aí dos cursos de Auguste Comte, de que trataremos mais à frente. Mas a questão que se impõe é: qual o limite objetivo (GOLDMANN, 1967) desta ousadia relativa de Nísia Floresta? Para entendê-lo, precisamos agora mergulhar nas principais obras da autora, a começar pela primeira delas, *Conselhos à minha filha* (1842).

Considerada a mais bem-sucedida obra da autora, com uma segunda edição em 1845 e traduções para o italiano (1858) e o francês (1859), a obra foi incluída no currículo de escolas católicas italianas e é fiel ao título, tratando-se de uma série de conselhos para a filha Lívia, que acabara de completar 12 anos e se preparava para a vida adulta. Bem entendido, o tipo de mulher que Nísia esperava para a filha, era o mesmo que esperava para suas alunas do Colégio Augusto, assim também para toda a sociedade, para que cada coisa ficasse em seu devido lugar.

Quais são os temas principais deste livro? Antes de mais nada e acima de tudo, o amor materno, sem finalidade, sem interesse algum, incondicional, que “está além de todas as paixões humanas”, que “é capaz dos maiores sacrifícios sem outras vistas, sem outra recompensa mais do que o seu próprio

amor". "Uma mãe é o título mais terno e mais doce que há na natureza"; o mais nobre também. Ser mãe é uma "doce obrigação", "cujo exercício tanto ameniza o áspero caminho da vida, e faz suportável o seu peso à triste (mulher) que a desgraça oprime" (FLORESTA, 2019, p. 58-59).

Vimos anteriormente que a maternidade sempre foi o nó que atou a mulher às férreas leis da natureza e com isso criou um sério obstáculo ao exercício de sua liberdade. Vimos igualmente que no âmbito da família, desde o surgimento da família patriarcal, sempre predominou uma separação entre maternidade e sexualidade. No fim do século XVIII, a mudança de comportamento em relação à liberdade sexual que predominou na vida mundana da Corte deveu-se a uma mudança de sensibilidade em relação à criança, que passou a ser valorizada como objeto de amor e a maternidade enaltecida. Estando fora dos direitos de liberdade e igualdade que passava a estruturar o mundo burguês, a recompensa para as mulheres era, sobretudo, a felicidade com os filhos. Nesse contexto, as virtudes da mulher burguesa passavam a ser a abnegação, o heroísmo e a doçura. A maternidade, portanto, não era um direito, mas um dever sagrado da mulher.

Esta imagem decalcada, sobretudo, de Rousseau, estava invertida em relação à mulher brasileira, até mesmo para uma Nísia Floresta, que não era pobre, como vimos, mas que, para criar seus filhos e dirigir uma escola, "livre e decentemente", teve que "aplinar terríveis dificuldades que se opuseram" a uma "mulher fraca, sem apoio e sem fortuna" (FLORESTA, 2019, p. 59). Na prática, a submissão da mulher ao marido e aos deveres familiares só poderia existir sob condição da lealdade do marido e da estabilidade financeira, o que no Brasil era o privilégio de algumas poucas famílias. Nas condições de escassa mobilidade geral e da mulher em particular, o inconformismo e a iconoclastia custavam literalmente muito caro. Enquanto esteve sob a proteção paterna ou do marido, pôde manter suas veleidades liberais, mas quando teve de ganhar a vida, sentiu o peso de sua condição.

Mas se Nísia fala da mãe, que espera um dia será também o caso da jovem Lívia, é apenas para inspirar confiança aos conselhos que dará a ela. Afinal, uma “boa filha” é o melhor modelo para uma “boa mãe”. Pretende, então, ensinar-lhe não os seus direitos, mas os “deveres e virtudes filiais”. Entende assim que suas chances de sucesso na vida serão bem maiores. E neste sentido é realista, porém profundamente conformista. Até mesmo chega a admitir que este modelo não vinha dela, mas do marido:

Foi ele quem traçou o plano de educação que, pelo meio mesmo de meus acerbos desgostos e vicissitudes, tenho procurado ministrar-te; é a sua vontade que eu sigo ainda a teu respeito. Lembra-te, pois, que se corresponderes sempre à minha expectativa, seguirás também os ditames daquele que vive ainda em meu coração, e cujos preceitos te são comunicados por tua mãe (FLORESTA, 2019, p. 62).

Mas, quais são, afinal, essas virtudes que pretende que a filha desenvolva? Como toda jovem de sua idade, Lívia é uma menina cheia de vivacidade e esta, “para agradar, deve ser de envolta com a moderação e modéstia em todas as suas ações”. Deve, por isso, ser amável sobretudo para com a “mãe”, a “família”, as “companheiras”, e com “todos enfim” que a rodeiam, “longe do turbilhão do mundo”, onde a amabilidade se confunde com a lisonja e a polidez, linguagem “perigosa a uma jovem”: “Não obstante ter-te eu advertido desde a tua mais tenra infância desse indigno abuso da sociedade, temo contudo que ele faça alguma impressão sobre teu espírito quando apenas mal começa a desenvolver-se” (FLORESTA, 2019, p. 64).

Ora, um dos pontos altos do ensaio histórico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), foi mostrar a mentalidade que surgiu deste ambiente familiar que formou a sociedade colonial e lançou seus tentáculos às épocas posteriores. Esta mentalidade estaria na contramão das “exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária” (HOLANDA, 1996, p. 144). Enquanto a educação nas sociedades modernas,

baseada em “princípios abstratos”, visa preparar os indivíduos para a vida em sociedade, longe das “virtudes familiares”, Nísia quer preparar sua filha apenas para o círculo doméstico, que como vemos não se restringe ao círculo composto por pai, mãe e filhos, mas também das amigas e “todos enfim” que a rodeiam, os mais próximos, ligados por vínculos afetivos. Sua recusa da sociedade e do “turbilhão do mundo” denota aquilo que Sérgio Buarque chamou de “horror às distâncias”, às regras da civilidade burguesa, como traço marcante desta mentalidade:

Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (...) Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez (HOLANDA, 1996, p. 147).

Neste preciso sentido, de desenvolver as virtudes familiares, a educação das meninas não difere essencialmente da dos meninos. Apesar da importância da mulher para esta função, de educar pelo coração, não se trata de um valor feminino. Tem a ver com a nossa forma por excelência de convívio social, desenvolvida ao longo dos séculos pela colonização, centrada na família patriarcal rural e contrária às regras da vida mundana. Mas também não se deve deduzir daí, desta importância das famílias na vida brasileira, o predomínio da família patriarcal, de tipo extenso, como modelo de famílias no Brasil. Esta é uma conclusão que as ideias de Nísia não permitem tirar e, na verdade, está na contramão dos estudos sobre família no Brasil (ALMEIDA, 1987, p. 33).

Estas virtudes familiares, se são incompatíveis com a vida para a sociedade, que sentido adquire então o ensino das ciências, defendido por Nísia, na educação das meninas?

Se procuro abrir - te e facilitar - te o caminho das ciências , se me esforço por dar - te uma educação que entre nós se nega ao nosso sexo , é sem duvida na esperança de que a minha cara

filha , bebendo as saudáveis lições da sabedoria , procure dar um dia a seu espírito o realce das virtudes que tanto o enobrecem , e que é o único a torná-lo digno da estima e respeito da sociedade (FLORESTA, 2019, p. 64).

Se as virtudes familiares não preparam para a sociedade, sustentam a consideração que deve vir da sociedade, isto é, da boa sociedade. E qual o papel da ciência? Ora, se espero estima e consideração, estas se devem ao que eu sou, por meio de algum qualificativo que me distingue dos demais, que não são como eu. Note-se que as ciências são para ela um “realce das virtudes” que tanto “enobrecem” o espírito. Servem-lhe como um ornamento valoroso, mas que por si mesmas não têm valor nenhum. E nem poderiam ter, em uma sociedade rural e escravocrata. Ademais, não podemos esquecer que para ela, a felicidade não advém das conquistas da vida, que é da natureza da ciência proporcionar, mas “é sempre o resultado da virtude” (FLORESTA, 2019, p. 67).

Daí que estas “ciências” preconizadas em seu programa de ensino se harmonizem tão bem com as “virtudes cristãs”, que são as da família brasileira. “São as virtudes cristãs que eu desejo inspirar-te”, diz Nísia pouco depois (FLORESTA, 2019, p. 67). Note-se também que a ciência moderna não é apenas um saber essencialmente antirreligioso, mas se torna crescentemente, à medida que o século XIX avança, anticlerical, um instrumento de combate ao poder da Igreja e sua influência sobre a vida e a sociedade moderna.

Mas, quais seriam estas “virtudes cristãs”, tão opostas aos “vícios grosseiros” da sociedade? A “obediência aos pais” ensina à menina o “sofrer com resignação os inconvenientes da vida”; a “caridade” ensina a “benevolência” com “os menos favorecidos da fortuna”, “porque os outros têm uma sociedade que os recompensa” da falta de “merecimento”, isto é, têm uma família; a “generosidade” e a “gratidão” completam as “virtudes” recomendadas à filha.

Ao contrário de *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany ou o Modelo das Donzelas* (1847) é obra de ficção, considerada a segunda de uma mulher

brasileira, sendo a primeira o conto *Eugênia ou a filósofa apaixonada* (1845), da gaúcha Ana Eurídice Eufrosina de Barandas. Ao contrário também da primeira, escrita como um “presente” a sua filha, a segunda destinava-se às alunas do Colégio Augusto. Conselhos, espelho ou modelo, a intenção é a mesma, ensinar as tais “virtudes familiares” ou “cristãs”. Se literatura ou romance fosse, seria aquilo que os críticos chamam de “romance de tese”. Sua intenção é moralizante e quer simplesmente mostrar algo às meninas e às famílias.

Os *topoi* são típicos do romantismo, mas lembram bem o primeiro vislumbre de nossos colonizadores (HOLANDA, 2000), para quem a natureza dos trópicos ainda nem mesmo existia: uma “colina risonha e agradável”, na capital de São Pedro do Sul, Porto Alegre, cheia desses ares de “Éden feliz onde a soberana bondade de Deus colocou o primeiro homem”, habitada por pessoas “simples” e “afáveis”, de clima “ameno” e “sadio”, abundante em frutos que se oferecem a todos, “sem exigirem difícil cultura”, sinal de imperfeição, isto é, um dom gratuito de Deus como presente aos bons cristãos que eram outrora os portugueses e são hoje os brasileiros (FLORESTA, 2019, p. 86-87).

Vivia neste paraíso terreal uma família composta por “seus chefes” e “nove filhos”. Fany, a primogênita, tinha 13 anos e frequentava um colégio da capital, dirigido por uma mulher. Era admirada de todas, porque havia incorporado melhor que as demais as virtudes de uma boa educação, graças ao trabalho de sua Diretora: modéstia, obediência, fiel cumprimento de seus deveres de donzela, hábitos pouco afetados, cuidados com a casa e os irmãos – que dividia com a mãe –, enfim, tudo o que configurava o caráter de uma “boa filha” e que depois seria igualmente o de uma “boa mãe” (FLORESTA, 2019, p. 87-88).

Todo este quadro idílico foi perturbado, ou melhor “profanado” em setembro de 1835, pela Revolução Farroupilha. Não apenas homens, como também mulheres, aquelas que haviam esquecido “as virtudes pacíficas do sexo”, elevando “o grito amotinador de particulares vinganças, profanando o



santo nome da liberdade em seu fatal entusiasmo”, participaram do ato de rebeldia. Mas Fany não. Esta fez o que deveria fazer toda boa moça: recolheu-se ao recinto de seu quarto e dirigiu “ardentes preces ao Divino Autor da Natureza para que protegesse os dias de seu pai, que imprudentemente comandava uma das forças rebeldes” (FLORESTA, 2019, p. 89).

Um dos aspectos importantes da Guerra dos Farrapos foi a reivindicação de maior autonomia política riograndense frente às exigências de um poder imperial em processo de centralização. Mas não é possível esquecer que tal reivindicação espelhava a falta de consciência dos limites que a escravidão impunha à economia estancieira. Pouco depois disso ficaria muito claro, na medida em que o ciclo de rebeliões regenciais chega ao fim e a ordem imperial, monárquica e escravocrata, se vê erigida, embora sobre bases relativamente frágeis. Entende-se assim o sentido limitado de liberdade que nasceu com a independência e se seguiu com os movimentos autonomistas até o Golpe da Maioridade. Tudo isso já estava muito claro em Nísia com sua participação no *Espelho das Brasileiras*, sobretudo no tom festeiro e patrioteiro em torno do 7 de abril, como vimos.

O que se segue então quase nada tem de ficção: “Todos repousavam tranquilos na cidade de Porto Alegre na noite de quinze do mês de junho de 1836, quando uma reação do Governo legítimo foi ali operada, e aqueles da rebelião que não se puderam evadir foram trancados em duras prisões” (FLORESTA, 2019, p. 90). Não seu pai, que teve destino mais trágico: caiu “vítima de uma traição na passagem de um bosque onde não cria estar o inimigo” (FLORESTA, 2019, p. 91). Órfã e com uma numerosa família, ela até teve pretendentes, mas “renunciou ao casamento e encarou resignada com sua mãe a pobreza”. Suportou tudo sem murmurar. Sua recompensa veio com a anistia aos rebeldes, resultado da “bondade especial do chefe da Nação”, e a posse de todos os bens que antes pertenciam ao seu pai, passando a viver plenamente feliz no “gozo dos mais puros prazeres domésticos, rodeada de sua

família, ocupada ela mesma na educação de seus irmãozinhos a quem ama com idolatria” (FLORESTA, 2019, p. 92). Em suma, seu direito ao paraíso havia sido recobrado graças às suas virtudes de “boa filha” e “boa cristã”, não à luta ou labuta de seu pai, que foi inútil e trouxe mais sofrimentos do que recompensas, porque ia contra à ordem natural das coisas.

À imagem da “boa filha”, “boa cristã”, “boa esposa” e “boa mãe” deve somar-se ou sobrepor-se a do “bom escravo”, descrita em *Páginas de uma vida obscura* (1855). Tem sido considerado pela crítica um conto antiescravista, o quarto, cronologicamente falando, já que antes dele vem *O enjeitado* (1849), de Luiz Correia de Azevedo Junior, *O filho de meu pai* (1849), anônimo, e *Celestina* (1850), anônimo, mas atribuído também a Luiz Correia Junior.

Seja como for, é um dos poucos textos da ficção brasileira a tratar do tema de forma central e só por isso vale o elogio. A intenção também é meritória: a despeito da condição abjeta do escravo, que o empurra frequentemente para a mais completa desumanização, quais seriam suas “virtudes” como pessoa humana? Domingos – o “herói” às avessas de nossa história – “é um homem que nasceu livre e a quem o poder do mais forte escravizou sem conseguir viciar-lhe a nobre alma” (FLORESTA, 2019, p. 137). Nísia também tem o mérito de se envergonhar por ocupar o lugar de “cidadã” de uma “nação livre” e “civilizada” sobre ombros escravos: “Eles (os liberais), que acabavam de conquistar a liberdade, não coravam de se rodear de escravos” (FLORESTA, 2019, p. 139).

Mas nem por isso deixa de justificar o tempo todo essa escravização: Domingos veio da África, “sobre a qual ainda não aprovou a Deus mandar um reflexo de sua luz” e onde são frequentes “guerras encarnadas” em que “o vencido é sempre mísera vítima da crueldade ou avareza do vencedor” (FLORESTA, 2019, p. 140). No Brasil, foi conduzido à província de Minas Gerais, onde seu proprietário muito cedo “reconheceu e apreciou as qualidades nascentes do seu moleque branco, como o chamava muita vez” (FLORESTA,

2019, p. 140). “Moleque branco” porque tem as qualidades de um branco, um bom cristão, apesar de ser um moleque, isto é, um menino escravo de 10 anos de idade. Se não por isso, a intenção que tinha seu proprietário de “libertá-lo com a condição de servi-lo por um certo espaço de tempo”, mereceu de Nísia o elogio de “digno mineiro”, verdadeiro “filantropo” (FLORESTA, 2019, p. 141).

Estas qualidades de senhor e escravo, amalgamadas como estavam umas e outras na tessitura social da realidade brasileira, já vinham sendo destacadas desde o início da colonização. Os padres Jorge Benci de Arimino e André João Antonil, no século XVII, já haviam aconselhado aos senhores se não os bons tratos, o trato “justo”, que na prática significava não se exceder nos castigos corporais “necessários” e principalmente não se utilizar de “sevícias” (ARIMINO, 1705, p. 122-195). Mas, sabe-se que o modelo inspirador de Nísia foi *A cabana do Pai Tomás* (1852), da norte-americana Harriet Stowe.

A tragédia de Domingos se “inicia” quando seu “nobre” proprietário morre e ele passa então de mãos em mãos, numa sequência de “maus proprietários” e sob as mais desumanas condições de trabalho. Apesar disso, por onde passava, dado seu caráter e sua bondade, era ouvido por seus companheiros de cativeiro, a quem exortava ao cumprimento de “seus deveres” sem se queixarem, afinal o cativeiro era um justo merecimento pelos erros de seus pais, dos quais carregavam os pecados:

Meus amigos, suportai resignados os maus tratamentos que vos dão – dizia-lhes muita vez o bom Domingos –: se a nossa má sorte nos fez cair de livres que éramos neste cruel cativeiro, é porque Deus assim o quis para punir nossos pais das guerras que fazem aos seus semelhantes (FLORESTA, 2019, p. 141).

Note-se que o escravo é assim colocado ao nível da mulher, a mãe heroína que deve sofrer todas as adversidades do servir, “porque no coração do negro superabunda também o amor de família”. Mas que família, a sua própria? Certamente que não, ainda que essa tenha sido sempre um ato de

rebeldia, de resistência e humanidade dos escravos frente à escravidão<sup>7</sup>. Ainda que, como dissemos anteriormente, a família de tipo extenso não possa ser tomada como modelo de família brasileira (ALMEIDA, 1987), o escravo estava sempre, de uma forma ou de outra, ligado à intimidade familiar de seus proprietários, como uma parte hierarquicamente inferior dela, a quem caberia, portanto, certa dose de “amor”, ainda mais quando este aceitava sua triste condição. E era somente deste “amor” que ele deveria esperar um dia condição melhor: “Naturalmente bom e generoso, o escravo esperava, somente por sua doçura e dedicação, obriga-lo (seu “mau senhor”) a fazer uma ideia mais justa da raça negra” (FLORESTA, 2019, p. 143).

Quando possuído por uma família francesa de São Pedro do Sul, tornou-se ele uma espécie de “ama-seca junto a duas criancinhas”, cuidando deles como se fossem seus filhos e da casa como sua. Por suas qualidades de “servidor inteligente e fiel, um amigo mesmo”, muitos concorreram para compra-lo quando a tal família voltou para a França. Para a sorte de Domingos, ele foi comprado por uma família igualmente amorosa e generosa, “sentimentos que tendem a impelir o negro e o branco para a igualdade moral”.

No seio desta família acolhedora, Domingos sentiu que também podia amar uma mulher e talvez até ter filhos com ela. Neste ato insólito de rebeldia e humanidade, ele não percebeu, no entanto, que com isso deixava de lado seu passado e seu presente, que o fizeram ser quem era, um escravo a serviço de um livre, e sonhava com um futuro seu. Mas eis que as tramas do destino tinham para ele um outro propósito. Maria, apesar de sua bondade e presteza, era serva de uma senhora muito severa, que a empregava “sem interrupção e com dureza”. Tendo que sair às pressas de Porto Alegre, graças à chegada da Revolução, em 1837, os amantes se viram repentinamente separados. Para

---

<sup>7</sup> Recomendamos aqui o indispensável trabalho de Robert Slenes (2011).

compensar sua tristeza, Domingos triplicava “o trabalho que lhe era destinado por dia”.

Acometido de repentina doença, seu senhor precisava buscar ajuda na Corte, mas não tinha forças para isso. Seu bom servo incumbiu-se então de estar à frente da heroica missão, enfrentando todo tipo de contratemplos e dificuldades. Venceu-as todas e conseguiu conduzir seu senhor aos cuidados de que necessitava. Lá teve sua recompensa, pois voltou a encontrar Maria. Mas esta não durou muito, pois como dizem, alegria de pobre dura pouco. Muito doente e terrivelmente desfigurada, Maria morreu pouco depois.

No seio da mesma família que servia, pôde ainda conhecer uma segunda mulher, que apesar de não ter as mesmas qualidades de Maria, deu a ele um filho. E com isso, tendo sido um bom escravo, tinha agora a oportunidade “de desenvolver um sentimento virginal em seu coração e de praticar virtudes paternas que poderiam servir de modelo às mesmas mães”. E sua generosidade era tão grande, que não bastava ser um exemplo para as mães: “Quero deixar-vos um servidor neste moleque – dizia muitas vezes Domingos a seu senhor. Quero que meu filho não vos deixe sentir, quando eu morrer, nenhuma falta de meu zelo, continuando com o seu a recompensar-vos da bondade com que me tratastes” (FLORESTA, 2019, p. 163-164).

Mas outra vez o cruel destino lhe pregou uma peça. Seu senhor teve de viajar repentinamente à Europa, deixando em seu lugar um mau senhor, que logo vendeu sua mulher para outro proprietário. Completando a tragédia, seu filho morre na sequência. “Domingos devorou em silêncio mais esta dor”, mas não sem cobrar alto preço: pouco depois adoeceu, “degenerando em triste langor”. Mas sua maior tristeza, aquela que lhe devorava a alma por dentro, era não mais poder servir a seu generoso senhor: “Pensava morrer sem ver-vos ainda uma vez, ó meu benfeitor! Meu pai! Já não poderei servir-vos” (FLORESTA, 2019, p. 169).

A ordem imperial escravista não é o governo da lei, mas pela lei. E pela lei o escravo era quase uma enxada, um *instrumentum vocale*, como dizia Aristóteles. A mulher, por seu lado, não era uma propriedade do pater famílias, mas era igualmente dependente dele.

A esta altura, então, é hora de perguntar onde fica a bandeira da emancipação da mulher, tão ousadamente levantada no livro traduzido por Nísia. Para entender o problema, voltemos dois anos no tempo. No seu *Opúsculo humanitário* (1853), a autora é quem nos responde enfaticamente: “emancipação da mulher, não conforme o filosofismo dos socialistas, mas como a compreendeu a sabedoria divina” (FLORESTA, 1853, p. 4). Portanto, a educação das mulheres não é para as mulheres, no sentido de sua emancipação, mas para as famílias e a nação: “É uma verdade incontestável, que a educação da mulher muita influencia teve sempre sobre a moralidade dos povos, e que o lugar, que ella occupa entre elles, é o barómetro, que indica os progressos de sua civilização” (FLORESTA, 1853, p. 12). Assim é que deixa a “Wollstoncraft, Condorcet, Sieyes, Legouvé etc. a defesa dos direitos do sexo; a nossa tarefa é outra, e cremos que mais conveniente será ás sociedades modernas – a educação da mulher” (FLORESTA, 1853, p. 27).

E se condena as ideias sobre educação propostas por Madame Stael, as quais considera “por demais livres”, elogia a “conducta circumspecta” de George Sand, que “constitui o primeiro mérito da mulher” (FLORESTA, 1853, p. 31). Por esta mesma razão é que vai criticar a vida de “dissipação e indolência” levada pelas mulheres brasileiras no ambiente dos salões e das grandes festas da Corte, onde se vê “naufragar a virtude”. As mulheres deveriam abdicar de sua realização pessoal para se tornarem boas filhas, boas esposas e boas mães, vivendo para suas famílias. Mas nem por isso elas deveriam ser como as mulheres do “regime colonial” ou das “províncias”, que restringem suas vidas a “ir à Igreja, fazer rendas etc”. Se a Corte está repleta de vícios que é preciso evitar, não é deixando a mulher isolada em casa, ignorante do mundo, que ela

prestará relevante papel às famílias e à pátria. Nem prisioneiras do lar, nem mundanas e livres, nem ignorantes e analfabetas, nem “instruídas” e “ilustradas” por uma razão igualmente livre, as mulheres brasileiras deveriam almejar uma “educação” de acordo com “suas respectivas situações”, filhas, mulheres ou mães (FLORESTA, 1853, p. 65). Este o sentido de “modernização” que se almeja.

### DESEJOS DE ORDEM E PROGRESSO: PARA CONCLUIR

O lema comteano de “ordem e progresso” poderia muito bem ter saído da cabeça luminosa de algum pensador brasileiro, na medida em que poderia ser a expressão ideológica de uma ordem feita para excluir, sem deixar de lado os clamores gerais pelo progresso, mormente a partir da década de 1870, em que se desgastava a ordem senhorial-escravista e marchávamos em direção à República. O Antigo Regime nos trópicos parecia chegar ao fim com a abolição do nefando tráfico, mas a manutenção dos privilégios parecia a graxa que fazia a engrenagem andar para a frente.

Apesar de ter sido a única brasileira a trocar correspondência e obter a admiração de Auguste Comte, Nísia Floresta não foi uma positivista. Nem mesmo cita Comte em nenhuma de suas obras. Sabe-se apenas que frequentou seus cursos, em 1849, em Paris. Mas, são bastante surpreendentes as semelhanças entre suas ideias e as do pensador francês. De modo que, se não chegou a se converter ao positivismo histórico explicitamente, absorveu dele e amalgamou com algumas de suas ideias, que vêm dos primeiros escritos, alguns dos princípios fundamentais da doutrina.

Deve-se destacar, principalmente, a distinção feita por Comte entre a simples instrução, a cargo das diferentes especialidades científicas, da educação, a cargo da filosofia positiva. Esta “educação” pressupunha, então, uma “rigorosa moral positiva” (AUTOR, 2023, p. 26). Obviamente, Nísia não



leva às últimas consequências esta ideia de Comte, pois não tem em vista uma “reorganização social” que tivesse por base uma “nova moralidade”. Vimos que a sua moralidade está ainda bastante fundamentada na religião católica, ao mesmo tempo em que flerta com as ideias liberais. Nas cartas trocadas entre Nísia e Comte, pode-se ver a queixa deste no sentido de que Nísia ainda se encontrava na fase metafísica, mas que já tinha atributos fundamentais para tornar-se uma positivista.

Neste sentido, é preciso dizer que muito antes de proclamar a Religião da Humanidade, Comte já havia reservado um lugar especial para as mulheres no seio de sua doutrina, ao declará-las a base fundamental para o avanço do “espírito positivo”. Primeiramente, por colocá-las, juntamente com os proletários, como parte importante da “humanidade sofredora” de Saint-Simon, que era preciso integrar “adequadamente” ao todo social. Depois porque, no trabalho de reconciliação do coração e da mente, fundamental a essa totalidade almejada por Comte, a mulher ganhava um protagonismo fundamental. Nele, o sujeito da filosofia não se reduz ao cogito cartesiano. Portanto, o abandono do fundamento absoluto (teológico ou metafísico) deve ser acompanhado pela construção de um novo sujeito, um sujeito coletivo, “rede de relações interindividuais, memória, saber, linguagem” e sentimentos. E é precisamente neste sentido que ele vai falar em unidade objetiva e subjetiva do conhecimento, unidade entre o racional e o emocional (AUTOR, 2023, p. 49).

Ao tratar de metáforas organicistas como pátria e humanidade, Comte está se referindo na verdade ao predomínio da tal “moral positiva”, que privilegia a solidariedade, o “sentimento social” e a cooperação em lugar da competição, um certo holismo, em lugar do individualismo, e por fim os “deveres” da parte para com o todo, em lugar dos “direitos”, que parecem a ele apenas incentivar a competição e a desordem social. É neste preciso sentido que a educação da mulher parece a Nísia fundamental à moralidade e ao progresso, conforme visto em seu *Opúsculo Humanitário*. Em outras palavras, o Brasil não

poderia entrar para o concerto das nações civilizadas sem a presença ostensiva de “instituições morigeradoras” (FLORESTA, 1853, p. 141). Sem ordem, não haveria progresso. Era preciso mudar, mas conservando. O “modelo do sexo” é também a “honra da humanidade”, mas apenas como um todo desigual e hierárquico que deve ser. Nada mais adequado a uma sociedade patriarcal e escravista, constituída sobre a base familiar e não dos direitos de indivíduos livres e iguais.

Neste sentido, se Nísia não foi uma positivista, tão pouco se colocou na perspectiva da defesa do direito das mulheres. Sua ênfase está muito mais nos seus “deveres”, como filha, como esposa, como mãe, como patriota. Então, está mais próxima do positivismo do que do liberalismo. Seu alheamento da realidade brasileira era a precisa medida de força desta realidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela M. **Mães, esposas, concubinas e prostitutas**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2017.

ALMEIDA, Angela Mendes de (org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1987.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARIMINO, Jorge Benci de. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. Roma: Officina de Antonio Roffi, 1705.

BARBOSA, Everton Vieira, “A estrutura física e pessoal de um periódico escrito por/para mulheres em meados do século XIX no Brasil”, **Cordis**, v. 2, n. 13, São Paulo, jul/dez 2014, p. 3-15.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2019.

COSTA, Carlos, “Revistas femininas do século XIX”, **Communicare**, v. 14, n. 1, 2014, p. 24-35.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta, a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente de seu tempo. Natal/RN, Fundação Ulysses Guimarães, 1989.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FLORESTA, Nisia. **Cinco obras completas**. E-book Organizado por Sérgio Barcelos Ximenes. São Paulo: Amazon Kindle, 2019.
- FLORESTA, Nisia. **Opusculo Humanitario**. Rio de Janeiro: Typ. M. A. Silva Lima, 1853.
- FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Rio de Janeiro: Global, 2013.
- GOLDMANN, Lucien. **O todo e as partes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LONZA, Gabriel Battazza. **Nisia Floresta e educação das mulheres no Brasil**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2019.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2014.
- MATTHEWS, Charlotte. **Gender, race and patriotism in the works of Nisia Floresta**. Woodbridge, Suffolk: Tamesis, 2012.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Travessura revolucionária: uma teia de erros em torno da feminista Nisia Floresta, **Revista Piauí**, 06/10/2020, <https://piaui.folha.uol.com.br/travessura-revolucionaria/>, consultado em 03/05/2021.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996
- ROSA, Graziela Rinaldi, Equidade de gênero em Nísia Floresta, **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 3, set/dez de 2013, p. 513.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- SOZZO, Máximo. **Viagens culturais e a questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

RECEBIDO EM: 27/02/2023

PARECER DADO EM: 14/04/2023